

Saulo transfere decisão ao GDF

Antonio Cunha

Se os diretores das escolas particulares insistirem no locaute caberá ao Governo do Distrito Federal — no caso específico de Brasília e suas cidades-satélites — adotar as providências previstas em lei e que podem implicar numa intervenção branca, com a volta às aulas, caso os professores concordem, ou o imediato fechamento do estabelecimento de ensino em greve empresarial.

Isso foi o que garantiu ontem o ministro da Justiça, Saulo Ramos, ao declarar que o Governo Federal não tem competência para punir os empresários em greve, recuando de suas declarações da véspera, quando afirmou que aplicaria punições às escolas que aderissem ao locaute. Saulo defende a decisão Judicial que estabeleceu aos conselhos estaduais de educação o direito de fixar as mensalidades, acabando, portanto, com a “liberdade vigiada”. “Enquanto eu for ministro da Justiça ninguém vai desobedecer às sentenças judiciais sem ser penalizado, pois para isso existem recursos na Justiça” comentou.

Embora nada possa fazer contra o locaute, visto que “sua instância é estadual”, o ministro Saulo Ramos considera-o extremamente sério e pediu aos diretores de escolas que “reflitam e parem para pensar, pois afinal de contas eles



Ministro apóia intervenção

são educadores e certamente não vão querer repassar aos alunos esse exemplo de descumprimento da lei”.

Punição

Assim, qualquer que seja a decisão do GDF, Saulo Ramos não pretende mudar sua decisão de continuar punindo e prendendo os donos dos estabelecimentos de ensino que descumprirem a liminar do juiz federal, acabando com a

Portaria nº 140 do Ministério da Fazenda, segundo a qual cabia à escola fixar as mensalidades.

Se os donos de escolas persistirem e mantiverem a greve empresarial estarão ferindo o artigo 209 da Constituição, que diz: “O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I — cumprimento das normas gerais da educação nacional; II — autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público”.

Solidariedade

O Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, por seu lado, deu duas alternativas aos diretores de escolas de Brasília que o procuraram no início da tarde: ou eles ingressam na Justiça Federal e entram com recurso contra a decisão judicial de acabar com a liberdade vigiada, ou vão até o Congresso Nacional patrocinar, junto aos parlamentares, a mudança da legislação que os prejudica.

Aristides Junqueira não descartou a possibilidade de haver intervenção nas escolas e disse que preferia não acreditar que o locaute devia-se a uma ação de solidariedade aos diretores do Colégio Minas Gerais, presos em flagrante e liberados anteontem mediante fiança.